

A INVENÇÃO DO DISCURSO VERDE NA AMAZÔNIA

THE INVENTION OF SPEECH IN THE AMAZON GREEN

JOSÉ JÚLIO CESAR DO N. ARAÚJO¹
CLEILTON SAMPAIO DE FARIAS²
JOELSON S. DIAS³
JOSUÉ DA SILVA SANTOS⁴
ÁVILA FRANÇA LIMA⁵

*Como se constrói um deus na África?
Toma-se um pedaço de madeira, dá-se uma forma e, por meio de encantamentos, um conjunto de atributos sobre-humanos que se prestam à veneração. (José Carlos Assis).*

RESUMO: O presente texto faz parte das reflexões da pesquisa: *Interfaces do discurso verde na Amazônia*. O objetivo que motivou a escrita deste artigo é repensar e discutir os conceitos, as implicações sociológicas, antropológicas e discursivas dos termos frequentemente usados por governos amazônicos da *tríade para o desenvolvimento verde*. Nestes espaços (Acre, Amazonas e Amapá) o discurso assume conotação imprescindível, pois ele é constitutivo e construtor de um poder estatal ampliado. O poder é percebido nos jogos ideológicos uma vez que "a materialidade ideológica só seja possível de ser apreendida a partir da materialidade lingüística", (PÊCHEUX, 1988, p.116), que aparece nas formações discursivas, ou seja, a ideologia do discurso aparece no dizer concreto de cada sujeito. O discurso torna-se práxis neste assujeitamento ideológico que conduz cada pessoa a acreditar que, a partir de sua livre vontade, pode se colocar, sob a forma discursiva, no lugar de uma ou outra classe social. Pois, se espera que a população local, induzida por estas políticas as legitimem, as incorporem, as defendam, as elejam como ótimas e corretas do ponto de vista das mudanças do mundo atual.

ABSTRACT: This text is part of the reflections of the research: the discourse of green in the Amazon. The objective that motivated the writing of this article is to rethink and discuss the concepts, the implications sociological, and anthropological discourse of terms frequently used by governments Amazon's triad for the development green. These spaces (Acre, Amazonas and Amapá) the speech is essential connotation because it is constitutive and builder of a state power extended. The power is perceived in ideological games since the "ideological materiality is only to be withdrawn from the linguistic materiality" (PÊCHEUX, 1988, p.116), which appears in the discursive formations, namely the ideology appears in the speech said concrete of each subject. The speech becomes assujeitamento this

¹ Mestrando em Desenvolvimento Regional da UFAC. josuemdr@gmail.com

² Mestrando em Desenvolvimento Regional da UFAC. cleilton.sampaio@ac.gov.br

³ Mestrando em Desenvolvimento Regional da UFAC. joelsondias01@gmail.com

⁴ Mestrando em Desenvolvimento Regional da UFAC. amadeus13julio@gmail.com

⁵ Mestrando em Desenvolvimento Regional da UFAC. avilaf@hotmail.com

ideological praxis that leads everyone to believe that, from their free will, can be put in the form discourse, instead of one or another social class. Therefore, it is expected that the local population, induced by these policies to legitimize, to incorporate, the advocate, and elect the best and correct in terms of changes in the world today.

Palavras-Chave: Amazônia, discurso, políticas públicas.

Key words: Amazon, speech, public policies.

Sumário: 1 Introdução – 2 Os mundos visíveis e invisíveis na Amazônia: a ação e o sistema de idéias oficiais – 3 Acre: repensando os signos do “Governo da Floresta” - 4 O mundo como invenção: o Amazonas na “vitrine” - 5 O Amapá das ONGS - 6 Considerações finais - 7 Referências.

1 INTRODUÇÃO

O mundo se materializa primeiro como invenção discursiva e se espraia como prática social. Ao entender discurso como prática social, asseveramos as três características constitutivas do discurso: o discurso contribui para a construção das identidades sociais (HALL, 2000), os discursos constroem relações sociais entre as pessoas (FOUCAULT, 2000), e arquitetam sistemas de conhecimentos e crenças (BOURDIEU, 2004; van DIJK, 2003).

As práticas sociais são frutos desta materialização discursiva que constrói hábitos, conceitos, modos de vida e de organização social, propagam-se modelos, valores que simulam experiências de vida e suplantam outras (ORLANDI, 1989). O mundo amazônico é extremamente complexo, nele se articulam diversas forças culturais, políticas e econômicas. Por isso, cabe investigar a ideologia presente na “courage das palavras”. Qual o papel destas estratégias de desenvolvimento? Para repensar em que dimensão o real que consumimos não faz parte de uma trama de negociações discursivas simbólicas das hierarquias políticas para produzir uma realidade amparada por consórcios de dominação.

O espaço Amazônico é formado por diversas etnias, povos e forasteiros. A cultura que os envolvem modificam-se em quase todos os espaços. Mesmo em comunidades tradicionais (seringais, vilas e pequenos municípios) a vida se organiza nas dimensões dos grupos culturais que participaram de sua formação. Neste sentido, é válido ler as obras de LOUREIRO (1997), ARAUJO (2007) e FERES (2000) e MASSEFOLI (2000, 2005, 2008).

Em geral, os governos da tríade para o desenvolvimento verde, trazem à baila a referencia ambiental e resgate de tradições, cultura e memória de seus estados e heróis. No Acre a mitificação de Chico Mendes e o narcisismo velosiano de figuras como Marina Silva e Jorge Viana. Tal perspectiva passou a ser o álibi para a implantação de todas as atividades econômicas baseadas na extração de recursos madeireiros e extrativos.

O Acre, no ano de 1996, começa um processo de reorganização através da ascensão de um novo bloco político ao executivo e a grande parte do legislativo, encabeçado pelo Partido dos Trabalhadores, que rebatizam o conjunto de suas políticas públicas como Florestania, ressuscitando velhos heróis, abraçando uma política ecológica do governo federal. O governo do Amazonas em 2002 inicia uma política verde, fundamentada por intelectuais da ESALQ. No Amapá, em 1995, inicia uma política ambiental concedendo poderes as ONGs para construir estradas, escolas e tocar outras políticas públicas.

Aqui vale destacar que dos três Estados que compõem a tríade para o desenvolvimento verde, no Acre e no Amazonas a presença do Estado acaudilha uma revolução passiva para o desenvolvimento. Porém, no Amapá percebe-se uma mudança radical na presença do Estado como gestor das políticas públicas. Pois, desde 1995, o governo tem oferecido às ONG's, a parceria para a substituição do papel do Estado, incluindo a construção de obras públicas e de infra-estrutura. Desvelar que novo espaço é este configurado na Amazônia e legitimado pelo discurso, é a nossa preocupação neste texto.

2 OS MUNDOS VISÍVEIS E INVISÍVEIS NA AMAZÔNIA: A AÇÃO E O SISTEMA DE IDÉIAS OFICIAIS

Os termos do ecologismo verde que são usados em discursos dos governos, dos secretários, políticos locais e ideólogos nominam políticas públicas e justificam ações. É o discurso se fazendo ação e ideologicamente construindo identidades, relações sociais. Van Dijk (1996) diz que:

Las ideologías y otras representaciones sociales de la mente son `sociales' porque son socialmente compartidas. [...] Uno de los medios para analizar las ideologías de una cultura es analizar sus discursos. Esto es, asumimos que los textos *expresan* las ideologías de sus hablantes/redactores. . Como

criterio práctico, podríamos decir que todas las representaciones que en general se presuponen en el discurso y otras prácticas sociales son socialmente compartidas. Por supuesto, en el curso de la socialización individual, los miembros de un grupo pueden adquirir `versiones' ligeramente variables de esas representaciones sociales. (DIJK, 1996, p.46)

Ao escolherem um vocabulário do ecologismo verde para denominar suas políticas públicas ou ao criar novos termos incorporados a esta filosofia, os governos recriam também práticas sociais. Pois, se espera que a população local, induzida por estas políticas as legitimem, as incorporem, as defendam, as elejam como ótimas e corretas do ponto de vista das mudanças do mundo atual. O mundo é recriado com conotações distintas.

A política certa ou errada do governo para ser o ideologismo do povo, das populações ribeirinhas, agora rebatizadas de tradicionais ou povos da floresta. Para legitimar políticas e ações, que muitas vezes são danosas as populações uma grande campanha de marketing e um arsenal de intelectuais é apadrinhado para justificar as ações. Porém, todas estas políticas para o desenvolvimento devem ser repensadas, bem como os jogos ideológicos que a permeiam. Assevera Bifani (2006) que:

Concepción de desarrollo exige no solo una revisión del concepto mismo, con vista a considerar la dimensión ambiental, sino también del alcance de otros conceptos que han sido asimilados al de desarrollo, a fin de poner de manifiesto la ideología implícita en cada uno de ellos y los modos de gestión y acción consiguientes. En ellos se han subrayado - dependiendo de quién utiliza el término - uno o más aspectos del problema, pero nunca su totalidad. Es importante destacar que cada interpretación del término conlleva una política definida, es decir, la aceptación de un determinado concepto presupone una orientación en la acción futura. De ahí la necesidad de precisar la concepción de desarrollo frente a otros conceptos que pertenecen a cuerpos teóricos diversos.[...] Cada uno de estos conceptos tiene sus raíces en interpretaciones económica elaboradas en determinados momentos históricos para responder a problemáticas específicas y propias de la coyuntura, y reflejarán además la ideología de quienes teorizaron y racionalizaron una situación dada, con vistas a justificar la acción política. (BIFANI, 2006, p.35)

Para formalizar a estratégia de políticas verdes, os governos aliam - se a ONG'S nacionais e internacionais, com entidades civis organizadas e empresas privadas, para garantir a execução de suas políticas de conservação. Muitas vezes, estas políticas públicas, acabam esquecendo que a perspectiva do desenvolvimento "sustentável" não deve se limitar a regular processos econômicos em relação aos processos ecológicos (por meio de unidades de conservação), de modo a criar

mecanismos de revalorização, ordenamento extrativo e conservação de recursos naturais, mas devem garantir a viabilização efetiva do desenvolvimento social das populações envolvidas. Com ressalta Leff (2001, p. 60) “o desenvolvimento sustentável converte-se num projeto destinado a erradicar a pobreza, satisfazer as necessidades básicas e melhorar a qualidade de vida da população”.

Um estudo crítico realizado por Souza e Paula (2008) dá conta de como a redes de ONGs se articulam pelos discursos internacionalmente e se assentam no plano nacional em “parceria” com o Estado e sociedade civil local, elaborando políticas públicas para região onde atuam, ocasionando distorções nos modelos de desenvolvimento e implicando também na soberania nacional. Durante a CPI das ONGs verificou-se que mais de 3000 atuam na Amazônia ou na esfera internacional tendo como foco a Amazônia (EIR, 2001).

Assim, o discurso nestes lugares visa sintetizar a pilhagem da natureza e o legítima. Estas relações serão discutidas adiante. Cabe aqui, entender como afirma Van Dijk (2004) que:

De tal suerte, encontramos dos relaciones básicas entre el poder y el discurso: una es el poder de controlar el discurso y otra el poder del discurso para controlar las mentes de las personas. Desde luego, estas dos relaciones son análogas: las personas controlan el discurso especialmente para controlar las mentes de las personas y así, indirectamente, controlar sus acciones. En lugar del poder como la fuerza para controlar las acciones de las personas, el poder moderno es, esencialmente, poder discursivo. [...] élites controlan los discursos políticos, mediáticos, educativos, científicos, legales y burocráticos. El discurso público, como los reportajes de noticias, también se refiere más frecuentemente a ellos. Estas élites simbólicas pueden controlar no sólo los discursos en sus propios dominios sino también parte de los otros discursos públicos. (VAN DIJK, 2004, p. 8)

Todo discurso é extremamente ideológico, quando este usa os instrumentos discursos para legitimar uma política pública ele recria um novo mundo. Pois, o que era ideologia passa a ser hegemonia. Neste sentido, os grupos menores acabam não tendo mais força de reação. Uma vez que o estado domina ideologicamente as organizações sociais por meio do consenso.

3 ACRE: REPENSANDO OS SIGNOS DO “GOVERNO DA FLORESTA”

A partir da eleição da Frente Popular do Acre – FPA para o Governo do Estado em 1998, entra em curso um novo projeto de desenvolvimento regional. A Frente Popular Acreana era composta por partidos políticos de Ideologias diversas, encabeçada pelo PT e PC do B. A frente continha partidos como o PV, PCB, PPS, PSTU, PRONA, PFL. O governo que se inicia identificado com as questões sócio-ambientais - questões estas abordadas por diversos movimentos sociais e organizações não governamentais (ONGs) envolvidas com a ação ambiental - são geradas uma série de iniciativas em torno desse “novo modelo”: o Desenvolvimento Sustentável. Silva (2008, p. 380) referindo-se a essa questão afirma que:

No contexto político local, em seus vínculos com a questão mundial, já havia condições objetivas para implantar “outro projeto de desenvolvimento regional” nesta parte da Amazônia. No conjunto, a proposta de “desenvolvimento sustentável” enquadraria um leque de representações e projetos distintos, ora de perspectivas geradas próximas (p.e, nos movimentos sociais), ora distantes (p.e., nos movimentos ecológicos e ambientalistas mundiais). Então, no amplo campo de forças políticas e sociais representadas, a legitimidade para romper com outros paradigmas do desenvolvimento é feita com a instrumentalização de discursos e símbolos contidos no interior desta heterogeneidade de forças representadas.

O “Governo da Floresta”, *slogan* utilizado pelo governo da Frente Popular para expressar a “consonância” das idéias propostas por ele, com os ideais dos movimentos sociais, sejam eles organizações coletivas, comunitárias ou sindicais. Não obstante, o que ocorre a partir daí, é um processo de cooptação da maior parte das lideranças sindicais, bem como dos símbolos e signos de luta histórica dos trabalhadores acrianos, que passam a serem incorporados diretamente nos discurso oficiais. Em sua análise da significação e impacto dessa estratégia de “discurso florestânico” do Governo do Acre, Silva (2008, p. 372) diz que:

A presença emblemática nas significações cotidianas atuais no Acre, provinda das lutas dos camponeses, “empresta” sua fala ao “Governo da floresta” revestido numa instituição social e política que é o Estado; fala esta que não tem autolegitimação no âmbito governista, mas pode ser instrumentalizada e dar legitimidade ao poder instituído.

Consideramos discurso florestânico o conjunto de idéias em torno e através das quais o governo da Frente Popular conseguiu o consenso – e o “desenvolvimento sustentável” está entre elas – e que se materializam e massificam através dos aparelhos de hegemonia da sociedade civil: meios de comunicação, sindicatos, ONGs, igrejas, etc. As obras que desempenham fundamental papel ideológico de despertar e estimular o civismo

acabam também por tomar parte nesse discurso. Mesmo levando tudo isso em consideração, não se deve esquecer o domínio do executivo acreano diante do legislativo e sua credibilidade no cenário nacional e internacional (SOUZA, 2005).

E de fato esse discurso produz não somente a legitimidade esperada, mas também um mascaramento na produção da “verdade”, das visões de mundo e da própria identidade local sendo esta assim, predeterminada pelos valores e referenciais emanados dos centros de poder político, e todo esse processo irá se desdobrar sob a cortina ideológica do conceito de “Florestania”.

Se no âmbito da fala oficial, temos um modelo de gestão ambiental em que a referência e a proposta de resgate da cultura do homem amazônico, a preservação ambiental aparecem como principais eixos de gestão, na execução e implementação das políticas públicas ambientais ocorre um aumento exacerbado das atividades econômicas baseadas na exploração madeireira, que passam a representar a principal atividade produtiva local. Como afirma Guimarães (2008):

O discurso de preservação e valorização cultural passa a recobrir, desse modo, práticas que já não correspondem com a imagem irradiada, nem sob a perspectiva ambiental, cultural ou mesmo social. Quando consideramos que é esse discurso que possibilita classificar atividade madeireira de alto impacto, oficializada como política de estado, como atividades ecologicamente correta, e que, além disso, permite chamar os atuais extratores de madeira de seringueiros, então notamos o poder dessa construção ideológica e o quanto ela está a serviço de interesses econômicos de grupos de não seringueiros. Como se observa, nas práticas produtivas o que se opera é uma inversão completa dos sentidos disseminados. A idéia de harmonia com meio ambiente e a evocação da luta de Chico Mendes encobrem uma intensificação do comércio madeireiro, tornado legal a partir de 2001, e a “valorização da identidade” e da “cultura do homem da floresta”, generalizadas para o conjunto do tecido social, esconde o oportunismo mercantilista que converte seringueiros em madeireiros com promessa de melhoria de qualidade de vida, em nome da produção de riquezas. (GUIMARÃES, 2008, p. 46).

A reprodução do capital invade a Amazônia disfarçada de propósitos iluminados, o extrativismo, o neo-extrativismo e o manejo são formas de arranjos produtivos que visam atender mercado, quase sempre externos ao seu lugar de origem. Lembremos que precificar a floresta, pagar serviços ambientais ou comprar a madeira legalizada nem sempre garante a preservação ou a qualidade de vida dos habitantes da Amazônia. Mas, hoje esta parece ser a única forma de vender a floresta pautando-se pela legalidade. O discurso oficioso afirma, porém, que “estamos trabalhando para instruir adequadamente os processos e criminalizar

aqueles que são responsáveis pelas contravenções ambientais.” (MARINA SILVA, 2008). De fato o processo realmente está posto desde 1531 com a chegada de Pizarro à Amazônia e sua expedição em busca de canela, especiaria da época.

Passemos a analisar outro aspecto da formalização e unificação do discurso no Acre que trabalha outro aspecto: a afirmação da identidade. Hall (2004), estudando a cultura nacional conclui que ela é um discurso. Segundo ele, esse discurso é um “modo de construir sentidos que influenciam e organizam tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos” (p. 50). Assim, ao produzir sentidos que possam identificar uma nação, esse discurso constrói identidade.

No Acre, a partir do governo da “Frente Popular do Acre” percebeu-se uma maior “valorização” da história e da cultura acreanas através da mídia. Compreendendo e fazendo uso dos recursos culturais e ideológicos mais do que fizeram seus antecessores, o governo da Frente Popular passa então a re-valorizar a história e oferecer novos contornos, sobretudo, políticos. Alguns nomes são anunciados na mídia de maneira geral com mais frequência: Galvez, Plácido de Castro, Guiomard dos Santos, Chico Mendes etc.

Símbolos como a Bandeira Acreana, o Hino Acreano, o Brasão do Estado adquirem maior publicidade nos veículos de comunicação do Acre, além das repartições e instituições de ensino público. Datas históricas passam a ser comemoradas com maior pompa, instituições ligadas a preservação da história são criadas e revitalizadas as que já existiam. A História tornou-se profundamente ligada ao presente e o governo se coloca como os herdeiros diretos das lutas e ideais dos grandes nomes da história, e seu “papel” é continuá-la (SOUZA, 2005).

Os termos “acrianismo” e “acrianidade”, pode-se afirmar, estão relacionados respectivamente como amor ao Acre e identidade do povo acreano, mas como e por que foram construídos? Souza (2005) afirma que eles representam uma maneira encontrada para que o governo da “Frente Popular” obtivesse o consenso social e a hegemonia no Estado. Contudo, trabalhar com esses instrumentos não é novo no Acre.

O Governo da Frente Popular não desejava que seu nome fosse relacionado a governos anteriores, geralmente responsabilizados por colocar o Acre “à beira da falência econômica e moral”. O termo acrianidade representa também essa

desvinculação a um passado considerado sombrio e lança um “remendo novo em roupa velha”, ou seja, cria um termo com uma idéia antes implementada.

Algumas conclusões podem ser tiradas até aqui. A primeira delas é a de que acrianismo está ligado a acrianidade e implicam em amor ao Acre, o que já gera uma “união”. A segunda é a de que a intensa busca de resgate histórico se configura em uma maneira de fazer com que a população venha a pensar que o Governo do Estado é o herdeiro legítimo da história, incluindo de Chico Mendes que literalmente andou com os líderes políticos hoje no poder. Ao passo que acrianismo e acrianidade designam amor de um povo por sua terra e pela sua história, escondem um projeto maior: a hegemonia.

4 O MUNDO COMO INVENÇÃO: O AMAZONAS NA “VITRINE”

O Amazonas teve, ao longo de sua história, vários ciclos de desenvolvimento. Desde os grandes projetos hegemônicos o português (Nova Lusitânia, 1589) e o espanhol (Nova Andaluzia, 1603), que o Amazonas é palco de experimentação de políticas de Estado. No início do século XIX, o Estado vive o grande boom durante o período áureo da borracha e também a sua estagnação no início do século XX. O Estado brasileiro cria a Zona Franca de Manaus em 28 de Fevereiro de 1967, com o propósito de ocupar a Amazônia e desenvolvê-la como um todo. O projeto Zona Franca de Manaus (criado como Pólo Industrial de Manaus), deu certo. Mas, também, abriu uma faceta no desenvolvimento regional e local.

Hoje, o modelo econômico é a indústria de bens finais, baseado numa matriz de importações e incentivos fiscais. O mesmo nunca surtiu e nem hoje demonstra os efeitos esperados no crescimento no interior do estado. O que transformou o interior em bolsões primitivos de miséria. Mas, como o modelo Zona Franca de Manaus, é exigente em competitividade, tecnologia e capital, necessitava-se de um ordenamento da cadeia produtiva para a substituição, implementação, e correção dos entraves ao crescimento provocados pela Zona Franca e sua possível perenização.

No início do século XXI, o governo cria o *Zona Franca Verde (PZFBV)* com a estratégia de interiorizar o crescimento da economia, baseado nas potencialidades

regionais, para gerar emprego e renda, juntamente com o setor industrial de Manaus, objetivando:

[...] promover o desenvolvimento sustentável do Estado do Amazonas a partir de sistemas de produção agropecuários, pesqueiros e florestais ecologicamente saudáveis amparados por políticas públicas integradas, aliados a proteção ambiental e ao manejo sustentável de unidades de conservação e terras indígenas (PZFV, 2004, p.05).

Para começarmos a discussão que pretendemos empreender começemos a análise a partir do objetivo. Do ponto de vista ambiental, o Estado possui o maior número de unidades de conservação sob jurisdição do poder público, são 29 unidades (SDS - Agência de Floresta, 2007), cobrindo uma área de 12,48% da superfície total do Estado. O que justificaria, então, a criação de novas áreas de preservação? A proposta do PZFV é a criação de Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) com o pressuposto que estas áreas são de livre exploração madeireira e não- madeireira (via plano de manejo) e não precisam de processos indenizatórios (via expropriação do direito de propriedade do pequeno latifúndio e das comunidades tradicionais).

Em segundo lugar, a pergunta que surge é como serão desenvolvidas as comunidades indígenas dentro do PZFV. Uma vez que estas áreas não permitirão a atual política de governo, que consiste na exploração de sistemas florestais e de incentivo a produção e a pesca para a comercialização. Estas são questões presentes quando se sabe que o Governo do Estado move uma ação judicial no STF (Recurso em Mandado de Segurança n^o 22.913) contra as demarcações das terras indígenas do Rio Téa e Médio Rio Negro I.

Outro problema de concepção é o desenvolvimento da cadeia produtiva. Sabemos que o avanço da agricultura da forma como temos no Estado levaria ao crescimento das queimadas. Outra questão é a cadeia da pesca, uma vez que o estado não possui frigoríficos nos municípios. Em tese o projeto em si, está fadado ao fracasso. Mas, há algumas ações viáveis, que não são nosso interesse neste momento discutir.

A nossa tentativa é mostra que a partir do primeiro mandato de Eduardo Braga, temos vivenciado no Amazonas uma guerra ideológica sem precedentes. Mesmo repetindo políticas já condenadas, houve por parte do governo uma tentativa de mudança ideológica, operado nas instancias dos Aparelhos Ideológicos do Estado (ALTHUSSER, 1980). Para isso, a tentativa de construção um ideal

hegemônico começou pelas escolas, nos livros didáticos e cadernos doados aos alunos. Vejamos um trecho:

Caros alunos é nosso dever construir um novo estado. [...] Os tempos atuais exigem de nós uma nova maneira de pensar, fazer e ser. É preciso que todos se sintam responsáveis pela transformação de nosso estado. [...] Estamos preparando o Amazonas para o futuro (EDUARDO BRAGA, 2001).

Neste trecho fica evidente que processo político – ideológico iremos passar. Olhando o fragmento com olhos bakhtinianos compreendemos que o que está em jogo, é outra coisa, outros discursos que se escondem por trás das palavras progressistas e positivistas. Pois, o significado de um enunciado é controlado por determinadas condições que se apresentam como a convergência de forças internas e externas. A única maneira de um governo de efetivar sua hegemonia ideológica é pelo discurso que ele constrói e dissemina nos meios sociais. Isso ocorre porque:

O bloco dominante precisa subordinar as outras classes às exigências do processo produtivo, não apenas baixando decretos, mas mediante uma permanente transformação de valores e costumes morais na sociedade civil; é nela que as classes disputam o poder e onde a ideologia dominante busca exercer sua influência (GRAMSCI, 2000, p. 87).

Assim, compreendemos em parte, para sintetizar, muito dos signos que designam as políticas públicas do Amazonas, após 2000. As ações para uma Amazonas Sustentável iniciam por uma aproximação do governo com um realinhamento das políticas na Amazônia. Destaca-se aqui, que governos do Acre e do Amapá já possuíam uma política voltada para a economia dos recursos naturais como possível saída para o desenvolvimento. O Amazonas somente incorpora esta ideologia a partir de 2002. Quando já pretendia oligarquizar a política do estado, como tinham feito dois de seus antecessores. Martelar na economia ecológica era uma saída não pensada pelos seus antecessores e que poderia proporcionar destaque no cenário da capital ao projetá-lo macrocenário nacional. O tiro foi bem dado. Daí era somente articular um discurso e uma série de pequenas políticas adornadas pelo discurso verde.

Dentre as políticas públicas destacam-se a proposta Amazonas: novo século, novas idéias – já traziam no seu bojo programas como Zona Franca Verde, Amazonas Sustentável, Amazonas Indígena, Florestas do Amazonas e Gasoduto –

Coari –Manaus, Programa de Compensações Finais, Reescrevendo o Futuro, dentre outros. Vejamos como o governo define uma destas políticas:

A bolsa-floresta é uma compensação financeira para o serviço prestado por nossas populações tradicionais e indígenas: a conservação das florestas. [...] De uma forma bem simples, a bolsa-floresta será um contrato entre o governo do estado e as populações que conservam as florestas do Amazonas (VIANA, 2008).

Mas, é preciso ter cuidado com o verniz das palavras. Pois, como já nos alertava Bakhtin (2000): “toda palavra é híbrida por natureza e toda palavra viva é dupla, dialógica”. Se assim são as palavras, os discursos, por sua vez, são socialmente ativos, formado pela integração de outros discursos, ou seja, dialógico. E isso fica bem claro quando olhamos o discurso dos idealizadores da Zona Franca Verde:

Passados quatro anos podemos dizer que ainda resta muito por fazer. É bom sabermos que o caminho trilhado pela Zona Franca Verde foi aprovado pela sociedade amazonense da forma mais expressiva: com o resultado das urnas. A grande vitória eleitoral no interior indica que o sonho já se transformou em realidade e que o ZFV acendeu definitivamente a luz da esperança para o Amazonas (VIANA, 2007, p. 2).

Percebe-se que não há nada além de um programa político – eleitoreiro por traz da couraça dos signos que designam as políticas públicas. A questão é como chegaremos à melhoria da qualidade de vida a que se refere o objetivo do programa? O conceito de qualidade de vida é um processo. Portanto, as ações governamentais desenvolvidas observar e respeitar a diversidade cultural dos sujeitos envolvidos no momento de sua proposição e efetivação, a denominada gestão participativa, como propõe o PZFV. Segundo Leff (2001, p. 43):

O conceito de qualidade de vida coloca a ênfase nos aspectos qualitativos das condições de existência, além de seu valor econômico, da normalização das necessidades básicas e de sua satisfação através de programas de benefício social [...]. A canalização de importantes recursos econômicos para promover o consumo (para a venda de mercadorias), gera uma produção ideológica de necessidades, desencadeando um desejo insaciável e uma demanda inesgotável de mercadorias.

A qualidade de vida é uma conquista demorada e exige de nós, uma pergunta sempre constante: que padrão de vida queremos? É preciso que a suposta qualidade de vida passe pelo menos por alguns dos índices consolidados no IDH.

Se não estaremos inebriados achando que “a floresta nos uni e nos salva”. E não observando que estes padrões defendidos na esfera governamental e por alguns “Ecos” desenvolvimentistas se articulam nos processos discursivos, ideológicos, teóricos, técnicos e institucionais, que orientam e legitimam o comportamento social frente à natureza, assim como às ações que se projetam para a construção de uma racionalidade ambiental (Leff, 2000) que possa ocorrer numa prática de um processo de gestão participativa e efetiva da sociedade.

5 O AMAPÁ DAS ONGS

No governo de Alberto Capiberibe (1994), inicia-se no Amapá um processo de articulação internacional “de luta pela causa ambiental”, onde as ONGs *“passaram a desempenhar ações tradicionais do Estado, incluindo a construção de obras públicas e de infra-estrutura”* (COSTA, 1998, p. 5), conduzidas pela Coordenadoria Estadual de Articulação com as ONGs, dirigida por Janete Capiberibe. Mary Allegretti, nomeada em 1994, como Secretária de Meio Ambiente do Estado do Amapá, acentuou ainda mais a participação de ONGs e instituições financeiras alemãs KFW e agências técnicas (GTZ).

A partir deste momento, é possível observar, entretanto, que o discurso de fazer parcerias com outros Estados Nacionais, com a justificativa de melhorias para o desenvolvimento sustentável na Amazônia, se acentua. No Amapá, um dos estados mais desabitados com densidade populacional de 3,32 habitantes por km² e com reservas indígenas e Unidades de conservação que ocupam 55, 06% do território (DRUMMOND, 2008 p. 26), ecoam, a partir deste período, discursos como os de ALEGRETTI:

A idéia, muito difundida entre os brasileiros em geral, de que a Amazônia está sendo internacionalizada pelas organizações não governamentais, não é verdadeira. A Amazônia está sendo destruída por ação de brasileiros que grilam terras, assassinam trabalhadores, invadem reservas indígenas, exploram ilegalmente a madeira e outros recursos. A Amazônia está sendo destruída por políticos brasileiros que decidem abrir uma estrada no coração da floresta para barganhar votos, independentemente dos impactos que, já sabemos, uma estrada traz para a floresta e, hoje, para o desequilíbrio climático do país e do planeta. A Amazônia está sendo destruída por governantes que só a vêem como fonte de recursos – energia, madeira, biodiversidade – sem dar a menor importância para o papel que a floresta poderia desempenhar no desenvolvimento do país, sem investir, em troca,

em pesquisa, em sustentabilidade, em educação, em infra-estrutura social (ALLEGRETTI, 2008, p. 3)

O discurso de Allegretti ganha forças na posição política de Capiberibe e se tornam dominantes de 1995 a 2002. Para ele, é bem clara qual a intenção de implantar um projeto de desenvolvimento sustentável. No trecho abaixo, temos a presença viva do termo Desenvolvimento Sustentável como elemento que designa desenvolvimento com preservação ambiental, além da criminalização dos brasileiros que não sabem cuidar de seus recursos naturais. Com base nesse discurso, podemos entender, então, que a solução vem de fora, de outros países, através das ONG's internacionais instaladas no Amapá:

O desenvolvimento sustentável é conceito novo que tem maior peso nos países desenvolvidos, onde as populações sentem mais intensamente a necessidade de estabelecer limites à exploração dos recursos naturais e às ações predadoras que alteram o meio ambiente. É importante contar com o apoio internacional porque lá existem estudos, pesquisas, fatos comprovando que o mundo está ameaçado pelo modelo de desenvolvimento que não estabelece esses limites. As idéias de Chico Mendes, por exemplo, encontraram eco primeiro nos Estados Unidos e na Europa, onde foi premiado e, após sua morte, considerado o Ghandi da Amazônia. E, claro, por conta dessa consciência e das pressões das ONGs internacionais acabamos obtendo também algum apoio financeiro para nossos projetos amazônicos sustentáveis. Ou apoios técnicos e científicos sem os quais não conseguiríamos avançar. (VANESSA, 2000).

Nas palavras de Capiberibe, o maior desafio que o Amapá enfrentava naquele momento era o de convencer ideologicamente os amapaenses que seu projeto de governo era o melhor para resolver os problemas amazônicos:

O nosso desafio é fazer a população entender que o desenvolvimento sustentável é o melhor modelo de desenvolvimento para o Amapá e toda a Amazônia, porque leva em conta nossas especificidades, nossa cultura, nossas tradições, e porque é um programa global que carrega em seu bojo o compromisso democrático com a cidadania, o respeito às leis ambientais, a preocupação com a qualidade de vida de todos os segmentos sociais, sem exceção. (VANESSA, 2000).

Os governos do Amapá e do Acre tornaram-se relevantes no cenário nacional como os únicos do Brasil, na época, com um projeto de desenvolvimento sustentável. Mas, o grupo de Capiberibe não permaneceu no poder. O grupo Sarney elegeu Waldez Góes que, imediatamente, usou a linguagem anterior como pano de fundo de suas políticas públicas, para não ser cassado pelo poder das ONG's. O discurso parece não ter mudado muito, como podemos observar nas palavras de

Waldez Góes, governador do Estado do Amapá desde 2002, comentando o Acordo de Durban:

Nunca estive tão convencido que fizemos bem, que representamos muito bem os amapaenses no Congresso na África do Sul; de que temos propostas e projetos prontos para defendermos junto às autoridades federais; apoiaremos as populações indígenas e tradicionais no manejo de suas áreas, assim, estaremos bem adiantados no cumprimento das principais recomendações deste Congresso (GÓES, 2003).

Analisar as práticas discursivas e políticas do Governo do Amapá clarifica algumas medidas tomadas nas relações de poder. A primeira delas seria a de implantar um modelo de desenvolvimento com uma nova roupagem (Desenvolvimento Sustentável); a segunda é a legitimar ações de ONG's estrangeiras a partir da criminalização das ações de brasileiros na região. A ideologia contida nas palavras de autoridades e de pessoas ligadas de alguma maneira ao governo amapaense reflete políticas adotadas por estrangeiros sendo projetada no Estado, algo decidido de fora para dentro, se configurando como prática social de um discurso exógeno.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na Amazônia conflitam-se duas lógicas de capital: o eixo Rondônia, Roraima e Mato Grosso pensam em desenvolver os seus estados pela lógica desenvolvimentista do crescimento econômico baseado no campesinato para fins industriais e produtivos. Por outro lado, o eixo Acre, Amapá e Amazonas encenam outro caminho também pautado pelo capital, mas centrando seu ideário na lógica da economia ecológica. Melhor sistematizando, poderíamos entender que há veladamente dois projetos que se materializam na realidade amazônica:

a) Primeiro uma grande visibilidade da questão ambiental o que coloca a Amazônia Sustentável - Acre, Amazonas e Amapá e, agora, Roraima - como vetores do 'desenvolvimento sustentável'. Palco de lutas, incentivadas por ONGs e governos pela preservação da biodiversidade, que passa pelo o aparelhamento das comunidades tradicionais' para a luta por seus 'direitos étnicos', antropológicos e ambientais, redimensionando e complexificando (Morin, 2000) a questão agrária.

b) Por outro lado, na outra Amazônia (Central e Oriental), empresas de agronegócios, madeireiros, pecuaristas, sojeiros, arrozeiros lutam por demandas

diferentes. Tal fato se faz uma constante, segundo Becker (2005, p. 83) por ser este o “*arco do povoamento con-solidado*, porque é onde estão as cidades, as densidades demográficas maiores, as estradas e o cerne da economia”.

Mas, como se articularam estas propostas na Amazônia e com que intuito? Os caminhos de compressão são diversos. O que mostramos, neste texto, é que para se efetivar enquanto processo e política pública qualquer projeto faz uso de ideário, pois é função da ideologia assegurar uma coesão na sociedade para que esta assegure, mesmo sem perceber, a manutenção mínima de seus pressupostos de poder.

Nossa análise partiu da compreensão que estas lógicas conflitantes deverão assumir grande importância econômica, social e ambiental da Amazônia ou poderão aprofundar as desigualdades na região. Pois, o alinhamento do discurso para um ecologismo verde recoloca em discussão o modelo de desenvolvimento preconizado na Amazônia desde os tempos imperiais, mas, por conseguinte (re) insere a mesma na lógica do capital aprofundando a pobreza. Este fato é facilmente percebido no manejo madeireiro, uma vez que a família tradicional não tem estrutura financeira e infra-estrutura para manejar sua área e acaba transferindo este direito ao madeireiro.

Apesar de ser mais evidente que as populações tradicionais, seringueiros, castanheiros, ribeirinhos, quilombolas, mas principalmente as sociedades indígenas, desenvolveram através da observação e experimentação um extenso e minucioso conhecimento dos processos naturais e, até hoje, as únicas práticas de manejo adaptadas às florestas tropicais e estas populações corporifiquem um modo de vida tradicionalmente mais harmonioso com o ambiente. Estas, por sua vez, vêm sendo persistentemente desprezadas e afastadas de qualquer contribuição que possam oferecer à elaboração das políticas públicas regionais, sendo as primeiras a serem atingidas pela destruição do ambiente e as últimas a se beneficiarem das políticas de conservação ambiental. (ARRUDA, 1997, p. 297)

Estamos convencidos de que Amazônia precisa de um projeto de conservação e proteção, mas, sobretudo seus estados devem ter um plano de uso da Amazônia. Não em função do capital, mas, com uso dele para que sejam melhoradas as qualidades de vida das populações locais. O que nos parece inadmissível é o fato de governadores decidirem sozinhos o que e quanto tornar área de proteção na Amazônia e excluem desse debate e decisão os povos

historicamente ligados a floresta, desprezando sua contribuição para preservação da mesma, e isso ocorre, sob o véu de um discurso “participativo” dessas comunidades, que porém na prática evidencia a verticalidade dessas decisões. Algo semelhante, ao que ocorreu no Acordo de Durban (2003), onde o Acre, o Amapá e o Amazonas se comprometeram em tornar áreas protegidas, dentro da dinâmica das ARPAS, 13,8 milhões de hectares de florestas que com certeza tem populações tradicionais. Cabe-nos a pergunta como indenizar populações inteiras ligadas a terra e aos lagos, culturalmente unidas e socialmente organizadas. Um dos desafios do novo desenvolvimento proposto por estes governos é desmistificar o que são estas políticas verdes e os seus processos, diferente daqueles que estas populações estão acostumadas, e ensina a administrar espaços coletivos em espaços que, anteriormente, eram privados.

7 REFERENCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos do estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

AMAZONAS. **Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Estado do Amazonas - Zona Franca Verde (ZFV)**. Governo do Estado do Amazonas, Manaus, 2002.

_____. **Plano de Desenvolvimento Sustentável para o Sul e Sudoeste do Estado do Amazonas**. Grupo Permanente de Trabalho Intersecretarial para a Prevenção e Controle do Desmatamento no Sul do Estado do Amazonas/Governo do Estado do Amazonas, Manaus, 2003.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo, Hucitec, 2000.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da Cultura**. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BIFANI, Paolo. **Meio ambiente y desarrollo sostenible**. 2 ed. Espanha: UAM Ediciones, 2006.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

DRUMOND, José Augusto. **O Amapá nos tempos do manganês: um estudo sobre o desenvolvimento do Amapá**. São Paulo: Garamond, 2008.

FOUCAULT, Michael. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Fórum Universitário, 1997.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GUIMARAES JUNIOR, I. S. Identidade Mídia e Poder: As redes do autoritarismo simbólico no discurso da Florestania. **In: IX Seminário Internacional de Comunicação: simulacros e (dis) simulações na sociedade hiper-espetacular, 2007, Porto Alegre, 2007.**

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 9 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

LEFF, Enrique. **Ecologia, capital e cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável**. Tradução de Jorge Esteves da Silva. Blumenau: Ed. da FURB, 2000.

_____. **Epistemologia Ambiental**. Tradução de Sandra Valenzuela. São Paulo: Cortez, 2001.

ORLANDI. Eni Pucinelli. **A Linguagem e seu Funcionamento**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

SOUZA, Israel Pereira Dias de. **Reformas do Estado e o discurso florestânico no governo da frente popular: entre a epopéia e a tragédia**. 2005. 53 f. Monografia (graduação). Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2005.

VAN DIJK. **Discurso e Poder**. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. **Estructuras textuales de las noticias de prensa**. Quaderns de comunicació i cultura, 7/8, Março 2003. pp. 77-105.

Artigo recebido em: Junho/2009

Aceito em: Julho/2009